

Sinal dos tempos

Para protestar contra a redução do crédito bancário e contra a elevação do custo do dinheiro, cerca de 52 mil pequenos empresários da indústria e do comércio do ABC, na Grande São Paulo, anunciam que vão suspender o pagamento de todos os impostos federais, estaduais e municipais a partir de 2 de abril. Um comunicado conjunto das associações e sindicatos patronais do ABC, dando conta dessa decisão tirada em uma concentração em São Caetano, segunda-feira, vai ser encaminhado, dia 20, ao Presidente José Sarney. A moratória fiscal só não será consumada se o crédito para capital de giro voltar a expandir-se, com a queda imediata das taxas de juros.

Sinal dos tempos. Moratória fiscal em São Paulo, moratória bancária no Paraná, locaute de agricultores transportadores, postos de serviço, escolas particulares, fabricantes, atacadistas, lojas... E tudo muito bem trombeado por manifestos, concentrações, passeatas, bloqueios e tratorações.

A descompressão

Culpa da crise? Já passamos por crises piores e já tocamos em poços mais fundo. A "estagflação" de 1982/83 massacrou centenas de milhares de pequenas empresas e empurrou todo um exército de microempresários para os quintais da economia informal ou clandestina. A explicação para esse arremedo de rebelião dos empresários, na linha da chamada "desobediência civil", está menos no momento econômico e mais no tempo político da sociedade brasileira.

Uma explicação assinada por Montesquieu no Século 18: quando a sociedade passa das trevas do autoritarismo para as luzes da participação, os grupos sociais em distensão revelam-se mais impacientes ou cobradores, em relação ao governo da abertura, do que anteriormente, no rodapé da ditadura.

Da classe média

No momento brasileiro, essa colocação é bem mais típica. A manifestação de intolerância dos empresários diante dos desvios do processo econômico e dos vazios do projeto político está localizada na vasta faixa das pequenas empresas de arrimo familiar — um universo de 5,8 milhões de pessoas jurídicas que realiza 55 por cento do PIB e garante 75 por cento do emprego urbano e rural em todo o País. A insatisfação dessa maioria silenciosa é facilmente manipulável quando a sociedade fareja no ar alguma "crise de comando" que a sociologia do poder prefere chamar de "vazio de autoridade".

Os pequenos empresários adensam a chamada classe média e fazem o prolongamento político dos profissionais liberais, dos trabalhadores autônomos e dos assalariados de nível superior. Eles dispõem de um pavio mais curto em matéria de tolerância diante da crise porque operam o capitalismo de balcão, na condição de pára-choque, pára-lama e pára-brisa do mercado fora de esquadro. Eles sentem a crise na epiderme porque estão com a barriga na caixa registradora do próprio negócio.

Revolta fiscal

A ameaça de calote fiscal formalizada por entidades empresariais do ABC é o fato político mais grave na revogada contestatória dos empresários brasileiros. A rebelião dos contribuintes — que vai marcar a turbulenta passagem do fim do século no mundo inteiro — contesta algo mais que a taxa de juros do crédito ou a carga fiscal da economia. Ela questiona, no fundo, o papel do Estado na sociedade. A instituição chamada governo tornou-se estruturalmente obsoleta e socialmente injusta: ao invés de servir à sociedade, a pesada máquina burocrática serve-se dela, tomando como fim o que não passa de meio.

Aos estudiosos do succulento tema recomendo a leitura urgente de dois livros saborosos, recentemente lançados: "O paraíso do virabosta" (Editora T.A. Queiroz), de Emil Farhat; e "A solução liberal" (José Olympio Editora) de Guy Sorman.

Saco sem fundo

A revolta fiscal nas democracias econômicas vai empolgar a crônica política dos anos 90 e faz o filão da obra de Guy Sorman, do Instituto de Estudos Políticos, de Paris. O contribuinte fraudado, que não recebe de volta o que paga até sem saber, vai se descobrir o mais severo dos liberais — ou do que se poderia chamar de liberalismo autêntico. Nas observações de Sorman, o movimento começa pela Escandinávia, endereço do chamado socialismo fiscal, vestido de capitalismo social...

No Brasil, a rebelião dos contribuintes teria como "exposição de motivos" o livro de Emil Farhat — uma radiografia atual do desperdício pantagruélico do Estado brasileiro. Uma certa calhordice ideológica, fantasiada de socializante, fez do Brasil politicamente pasmado uma república dos alvarás no paraíso dos marajás. E nada há mais de anti-brasileiro que essa picaretagem estatizante e perdulária, matriz da miséria, da inflação, da recessão e da dívida, canal da dependência externa.